



MARANGUAPE

PREFEITURA

Secretaria do Ambiente
e Controle Urbano

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA.

Aos (14) catorze dias do mês de maio do ano de 2021 em Maranguape, através do aplicativo Meet, meio pelo qual a reunião aconteceu e registrou-se a presença dos seguintes conselheiros: (membros natos/não eleitos) Lúcia Maria Bezerra da Silva – SEMA, Robson da Silva Siqueira – IFCE/Campus Maranguape, José Ailton Alcântara Monte – EMATERCE/Maranguape e Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho – SEAC, presidente do Conselho, que abrirá os trabalhos. Contamos também com a participação dos membros natos/eleitos: 1º membro, Arthur Abreu Costa Facundo – Facundo Construções e Serviços LTDA; 3º membro, José Dalisson Cavalcante do Nascimento – Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira; 5º membro, Antônio Beatriz Ferreira Andrade – CEM; 1º Suplente, Emanuel Anderson Daniel de Macedo – Associação dos Moradores da Serra do Lagedo; registramos a ausência justificada do 2º membro, Diego Andrade Almeida e ainda a participação dos convidados e apoios: Ítalo Renan Ferreira Girão – Gerente do Núcleo de Meio Ambiente da SEAC; Sarah Lima Castro Coelho – Agente Administrativa; Ana Carolina de Oliveira Nobre Batista – Gerente do Licenciamento Ambiental e Anielida Favila Prata – Apoio técnico. A reunião foi iniciada pelo presidente, falando de uma gestão transparente, compromisso do Prefeito Átila Câmara e da importância da participação dos conselheiros. Adiantou a pauta, que foi complementada pelo gerente Ítalo, que relatou sobre a situação da licença da Farmácia Drogasil que se estabeleceu em Maranguape em uma zona de proteção ambiental, tendo solicitado a licença ambiental, ainda em 2020 (gestão anterior). Desta forma a SEAC, através do setor de licenciamento ambiental e a luz das resoluções que o COMDEMA deve emitir para orientar como o licenciamento deverá proceder e definir conjuntamente (SEAC/COMDEMA) ações de fiscalização, orientação e deliberações sobre a política ambiental de Maranguape. Dando início a primeira pauta, a gerente Ana Carolina iniciou a apresentação da questão do licenciamento da Drogasil, para esclarecer e facilitar a tomada de decisões em relação ao processo de requerimento de construção das instalações da farmácia, que já efetuou o pagamento das taxas de licença prévia – LP, no valor de R\$ 10.752,00; taxa da licença de instalação – LI, no valor de R\$ 7.168,00 e a taxa da licença de operação – LO, no valor de R\$ 8.243,20 e sendo negado o licenciamento, com a justificativa de um impedimento jurídico previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU (Capítulo VIII e Art. 55) por ser uma Zona Especial – ZE, que abrange o Parque Ecológico do Rio Pirapora, também citado no PDDU (Art. 5, ZE1). Ainda no PDDU (Art. 59), prevê que caso haja qualquer intervenção física nestas zonas, só poderá ser feita mediante projeto aprovado pela Prefeitura Municipal, ouvindo o Conselho do Plano Diretor e, quando couber, o COMDEMA e os órgãos públicos federais ou estaduais pertinentes.



MARANGUAPE

PREFEITURA

Secretaria do Ambiente
e Controle Urbano

Foi observado que o Conselho do Plano Diretor não existe, ficando a consulta para ser feita ao COMDEMA e órgãos públicos federais ou estaduais. Após a explanação da Ana Carolina, o gerente Ítalo complementou que o PDDU é do ano 2000 e previa a preservação da área em questão, no entanto, houve um crescimento populacional bem significativo que precisa ser revisto, principalmente pela existência de vários empreendimentos além da farmácia nesta mesma zona (residências, o shopping e clínica), caracterizando que a área está completamente utilizada com vários empreendimentos há bastante tempo, descaracterizando a área de preservação, que no caso, se fosse utilizar a lei de forma plena, todas essas construções deveriam ser demolidas, para transformar o espaço em área verde. Caso o PDDU fosse atualizado, essa zona teria que ser revista, pelo fato deste ambiente já ter sido modificado com o crescimento comercial e, a desobstrução, ocasionaria uma grande pressão popular. Desta forma, a SEAC solicita a colaboração do Conselho para encontrar uma alternativa para o licenciamento da Drogasil, que nesta altura dos fatos, negar o licenciamento e demolir a construção, poderia ocasionar um embate jurídico desgastante, que não seria interessante. A proposta da SEAC é que através de debate amplo com a sociedade e com o conselho, seja feito um investimento compensatório, ou seja: uma compensação ambiental da Drogasil, para que haja um ganho ambiental para o município, de forma a encontrar uma alternativa criativa para esta situação e, para outras que se assemelham. Encerrada a fala do Ítalo, foi aberto para as considerações dos conselheiros. O Presidente Marcus, lembrou que a situação do shopping, já foi deliberada pela Câmara Municipal, autorizando a construção. Em seguida o Sr. Robson Siqueira, fez colocações em relação a dois tipos de compensação, que poderia ser em uma outra área ou unidade importante, como também em ações de recursos para a complementação do FUMDEMA, outra, seria a compensação permanente com a adoção de espaços, se responsabilizando pela manutenção, vigilância... E assim estabelecendo parâmetros para que os próximos empreendimentos saibam que tipo de intervenções precisa realizar; outro fato seria o diálogo com a Câmara Municipal e todas as questões que envolvem a municipalidade. Para ficar claro, a proposta seria de duas compensações: uma de adoção de espaço e outra de compensação permanente de recurso ao FUMDEMA. A Sra. Lúcia Maria (Mara), fez ponderações em relação à urgência de atualização do PDDU para que sejam revistas estas áreas de conflito de uso, respeitando as APP's (Área de Preservação Permanente), para que dê segurança a equipe técnica e ao próprio gestor, que pode ser penalizado, caso o Ministério Público determine a demolição, o gestor terá que pagar a indenização de todo o investimento do empreendimento, que deveria ter sido paralisado e foi enganado, acreditando que poderia seguir com o empreendimento. A Conselheira concorda com a compensação, mas alerta para que seja atualizado o PDDU com a máxima urgência e que nos novos empreendimentos, seja estudada todas as possibilidades de permissão. Houve ainda várias



MARANGUAPE

PREFEITURA

Secretaria do Ambiente
e Controle Urbano

contribuições em relação a compensação ambiental e a relevância da atualização do PDDU. O Gerente Ítalo, anunciou essa pretensão de atualização e mencionou que já existe uma equipe de dez pessoas para dar início, uma equipe multidisciplinar de geógrafo, arquiteto, assistente social, advogado, biólogo..., aguardando as questões burocráticas e financeiras para que a partir do mês de junho seja dado início e seja entregue em junho do próximo ano. Em relação a compensação ambiental, no que diz respeito aos projetos e delimitações citadas pelo Sr. Robson Siqueira e por Mara, reforça as intenções da SEAC, que já está desenvolvendo e apostando no Parque Linear Urbano do Rio Pirapora, criando um corredor ecológico de integração de duas APAS (Rio Maranguapinho e Cocó), protegendo todas as APP's para que aja impedimento de especulação imobiliária, com ações de proteção ao Parque, de forma que no futuro haja espaços de visitação, contemplação e lazer. Dentro deste projeto, está sendo pensada a compensação ambiental da Drogasil e do Shopping, para que assumam a responsabilidade, nos trechos próximos a esses empreendimentos, com implantação de uma infraestrutura de qualidade e adote esse trecho. Para dar seguimento as pautas restantes, foi sugerido o encaminhamento dos arquivos com os projetos das três leis (Política Municipal de Meio Ambiente, Política Municipal de Educação Ambiental e a Política Municipal de Arborização Urbana e Reflorestamento) para que seja apreciado pelos conselheiros, como também a proposta da SEAC, em relação ao projeto de compensação ambiental (com o levantamento de parâmetros de extensão e/ou valores). Essas serão as pautas da reunião extraordinária, marcada para o dia 28 de maio, às nove horas. Sem mais para o momento, esta reunião foi encerrada pelo presidente Marcus e eu, Anielda Favila Prata, que fui convidada para secretariar esta reunião, lavro e assino a presente ata, juntamente com todos os presentes.

Ana Carolina de Oliveira Nobre Batista

Anielda Favila Prata

Antônia Beatriz Ferreira Andrade

Arthur Abreu Costa Facundo

Beatriz Andrade

Diego Andrade Almeida

Diego Anderson Daniel de Macedo

Emmanuel Anderson Daniel de Macedo

Ítalo Renan Ferreira Girão

José Dalisson Cavalcante do Nascimento

José Ailton Alcântara Monte

1. Ana Carolina de Oliveira Nobre Batista

2. Anielda Favila Prata

3. Antônia Beatriz Ferreira Andrade

4. Arthur Abreu Costa Facundo

5. Beatriz Andrade

6. Diego Andrade Almeida

7. Emanuel Anderson Daniel de Macedo

8. Ítalo Renan Ferreira Girão

9. José Dalisson Cavalcante do Nascimento

10. José Ailton Alcântara Monte



MARANGUAPE

PREFEITURA

Secretaria do Ambiente
e Controle Urbano

[Signature]

[Signature] Maria B. da Silva

[Signature]

[Signature]

[Signature] Sarah Lima Castro Beltrão

[Signature]

11. José Luiz Ferreira de Menezes

12. Lúcia Maria Bezerra da Silva

13. Marcus Raimundo C. da Silva Filho

14. Robson da Silva Siqueira

15. Sarah Lima C. Coelho

16. Shirley Oliveira Ferreira